

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO: **AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS
PARA CRIANÇAS**

PROCESSO N.º **25DC32CPI002**

TIPO DE PROCEDIMENTO:

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS | 3 |
| 1. OBJETO DO CONCURSO | 3 |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE | 3 |
| 3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE O CONTRATO A CELEBRAR | 3 |
| 4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL..... | 4 |
| 5. AGRUPAMENTOS | 4 |
| 6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS FORNECIMENTOS DA MESMA NATUREZA | 5 |
| 7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DOS CONTRATOS | 5 |
| 8. PREÇO BASE..... | 6 |
| 9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS BENS..... | 6 |
| 10. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO..... | 7 |
| 11. REVISÃO DE PREÇOS | 7 |
| 12. CAUÇÃO..... | 7 |
| 13. SEGURO..... | 8 |
| 14. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO | 8 |
| 15. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL | 9 |
| 16. PENALIDADES | 9 |
| 17. RESPONSABILIDADE | 10 |
| 18. RESOLUÇÃO..... | 10 |
| 19. ATOS DE TERCEIROS..... | 11 |
| 20. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML | 12 |
| 21. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL | 12 |
| 22. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS | 12 |
| 23. PUBLICIDADE..... | 14 |
| 24. CONFIDENCIALIDADE | 14 |
| 25. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR | 16 |
| 26. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES | 16 |
| 27. GESTOR DOS CONTRATOS | 16 |
| 28. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL..... | 16 |
| PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS/ESPECIAIS..... | 17 |
| 29. IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS LOTES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS | 17 |
| 30. LOCAIS DE ENTREGA..... | 17 |
| 31. CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO..... | 17 |
| 32. CARACTERÍSTICAS DE APRESENTAÇÃO E EMBALAGEM | 18 |
| 33. OBRIGAÇÕES GERAIS DOS ADJUDICATÁRIOS..... | 18 |
| 34. INSPEÇÕES E VERIFICAÇÕES..... | 19 |
| 35. CONFORMIDADE DOS BENS | 19 |

ANEXOS:

ANEXO A: IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS LOTES, QUANTIDADES ESTIMADAS

ANEXO B: CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ANEXO C: DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS
FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1.** O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar na sequência do concurso público internacional para Aquisição de Fraldas Descartáveis para Crianças, em conformidade com as condições e características técnicas definidas neste Caderno de Encargos.
- 1.2.** O presente procedimento encontra-se organizado por **5 (cinco) Lotes**, cuja identificação e composição encontra-se no **ANEXO A** do presente Caderno de Encargos:
 - 1.2.1. LOTE 1 – FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA CRIANÇAS DE 2 A 5 KG;**
 - 1.2.2. LOTE 2 – FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA CRIANÇAS 11/13 A 16/20 KG;**
 - 1.2.3. LOTE 3 – FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA CRIANÇAS 3/4 A 6/8 KG;**
 - 1.2.4. LOTE 4 – FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA CRIANÇAS 5/6 A 8/11 KG;**
 - 1.2.5. LOTE 5 – FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA CRIANÇAS 9/10 A 14/15 KG.**

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita no Largo Trindade Coelho, 1200-470 Lisboa, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.

3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE O CONTRATO A CELEBRAR

Na execução dos contratos objeto do presente procedimento, observar-se-ão:

- a)** As cláusulas dos contratos, considerando-se integradas nos mesmos este Caderno de Encargos, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimentos de erros e omissões identificados pelos Interessados e expressamente aceites pela SCML, e ainda as propostas dos Adjudicatários e respetivos esclarecimentos, nos termos do disposto no Programa do Concurso;
- b)** No caso de os contratos não serem reduzidos a escrito, este Caderno de Encargos, as propostas adjudicadas, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimentos de erros e omissões identificados pelo Interessado e expressamente aceites pela SCML, nos termos do disposto no Programa do Concurso;
- c)** Os diplomas legais e regulamentares que se relacionem com o objeto dos contratos a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelos contratos ou documentos que deles fazem parte integrante;
- d)** As disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de

fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de atividade a desenvolver.

4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. Se as divergências que se verifiquem entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão através da seguinte ordem de prevalência:

- 1.º** Os termos dos suprimentos, dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados e expressamente aceites pela SCML;
- 2.º** Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente Caderno de Encargos;
- 3.º** O presente Caderno de Encargos, com todos os documentos que o constituem;
- 4.º** A proposta do Adjudicatário;
- 5.º** Os esclarecimentos sobre a proposta do Adjudicatário, prestados pelo mesmo.

4.2. As divergências que existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato e o clausulado deste resolver-se-ão pela prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela SCML de acordo com o artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP) e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

4.3. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, os Adjudicatários deverão:

- a)** Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à SCML;
- b)** Se as dúvidas ocorrerem após o início dos contratos, os Adjudicatários deverão formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso pela execução pontual dos fornecimentos contratuais, tal como previsto neste Caderno de Encargos.

4.4. A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número anterior torna os Adjudicatários responsáveis por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

5. AGRUPAMENTOS

5.1. As entidades associadas para executar o fornecimento dos bens objeto deste Caderno de Encargos, deverão constituir-se na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, como é especificado no programa do concurso, observando as disposições legais portuguesas aplicáveis.

5.2. No caso previsto no número anterior, a SCML celebrará um único Contrato de fornecimento dos bens com o agrupamento, sem prejuízo de todos os membros do mesmo responderem

solidariamente e cada um por si perante a SCML, pelo cumprimento integral do contrato que firmaram.

- 5.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de algum(ns) dos membros do agrupamento deixar(em) de fazer parte do mesmo, e sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida, a sua responsabilidade pela execução fornecimento dos bens perante a SCML transitará na íntegra para os restantes membros, sem prejuízo do direito de a SCML, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.4. No caso previsto no ponto anterior, a SCML, se o entender, poderá ainda rescindir o contrato, sem prejuízo do direito a ser indemnizada, solidariamente, por todos os membros do Agrupamento, incluindo o desistente, dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.5. Salvo disposição imperativa da lei, qualquer alteração ao agrupamento depende de prévia autorização, por escrito, da SCML. Esta autorização deverá ser solicitada através de requerimento escrito, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.
- 5.6. O agrupamento deverá designar um dos seus membros como representante e interlocutor perante a SCML, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os seus membros, nem do que a lei estipula quanto ao representante do Adjudicatário.
- 5.7. O Adjudicatário, seja empresa individual, agrupamento ou consórcio, sempre que modificar os seus estatutos e escritórios permanentes deverá comunicar esse facto de imediato à SCML, de modo a se garantirem permanentemente os contactos técnicos e administrativos durante o período de vigência do contrato.
- 5.8. Para efeitos do presente procedimento e execução do contrato a celebrar todos os membros do agrupamento se submetem à legislação e ao foro portugueses designados no contrato, com expressa renúncia a qualquer um outro.

6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS FORNECIMENTOS DA MESMA NATUREZA

A SCML reserva-se o direito de adquirir ou de mandar adquirir por outrem, quaisquer bens a que se refere o presente Caderno de Encargos, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados com os Adjudicatários.

7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DOS CONTRATOS

- 7.1. Os contratos a celebrar na sequência do presente procedimento entram em vigor, **por Lote**, na data da última assinatura eletrónica ou, caso não haja redução dos contratos a escrito, na data de validação dos documentos de habilitação e terão a duração de **24 (vinte e quatro) meses** a contar daquela data, respetivamente, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação dos contratos.

- 7.2.** Sem prejuízo do previsto no número anterior, os contratos apenas produzem efeitos após a sua publicitação.

8. PREÇO BASE

- 8.1.** O preço base global referente ao fornecimento de todos os bens objeto dos contratos a celebrar, englobando os **5 (cinco) LOTES**, é de **€ 50.410,00 (cinquenta mil quatrocentos e dez euros)**, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, sendo decomposto nos seguintes termos:

8.1.1. LOTE 1 – FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA CRIANÇAS DE 2 A 5 KG: € 1.430,00 (MIL QUATROCENTOS E TRINTA EUROS);

8.1.2. LOTE 2 – FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA CRIANÇAS 11/13 A 16/20 KG: € 16.800,00 (DEZASSEIS MIL E OITOCENTOS EUROS);

8.1.3. LOTE 3 – FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA CRIANÇAS 3/4 A 6/8 KG: € 2.380,00 (DOIS MIL TREZENTOS E OITENTA EUROS);

8.1.4. LOTE 4 – FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA CRIANÇAS 5/6 A 8/11 KG: € 10.800,00 (DEZ MIL E OITOCENTOS EUROS);

8.1.5. LOTE 5 – FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA CRIANÇAS 9/10 A 14/15 KG: € 19.000,00 (DEZANOVE MIL EUROS).

- 8.2.** Os preços base, global e por **LOTE**, indicados no número antecedente, foram fixados mediante critérios objetivos, obtidos através dos preços atualizados do mercado indicados através de consulta preliminar, nos termos do artigo 35º-A do CCP.
- 8.3.** Pelo fornecimento de todos os bens objeto dos contratos a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a SCML pagará aos Adjudicatários, unicamente, o resultado da aplicação de preços unitários constantes das propostas adjudicadas às quantidades efetivamente requisitadas e fornecidas.
- 8.4.** A SCML reserva-se o direito de não adquirir a totalidade das quantidades referidas no **ANEXO A** do Caderno de Encargos, por as mesmas **serem meras estimativas**, o que a ocorrer em caso algum conferirá aos Adjudicatários o direito a serem indemnizados, seja a que título for.

9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS BENS

- 9.1.** Pelo fornecimento de bens objeto dos contratos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a SCML obriga-se a pagar aos Adjudicatários o preço constante nas propostas adjudicadas, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 9.2.** O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes ao fornecimento de bens cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à SCML.
- 9.3.** Os Adjudicatários obrigam-se a fornecer pelos preços constantes dos contratos, dos quais as suas propostas farão parte integrante, todos os fornecimentos constantes deste Caderno

de Encargos, competindo-lhe ainda efetuar sem direito a quaisquer remunerações suplementares os fornecimentos subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela SCML ou pelo(s) seu(s) representante(s).

- 9.4.** São da exclusiva responsabilidade dos Adjudicatários quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução contratual objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
- 9.5.** No decurso do fornecimento de bens, a SCML pode solicitar aos Adjudicatários a suspensão total ou a transferência para outro local de bens a fornecer, comprometendo-se os Adjudicatários a manter os preços e as restantes condições acordadas.

10. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1.** As faturas deverão ser obrigatoriamente emitidas em formato eletrónico e enviadas, via EDI (*Electronic Data Interchange*), após o fornecimento dos bens, para o Núcleo de Informação e Monitorização da Direção Financeira da SCML.
- 10.2.** As faturas devem mencionar obrigatoriamente o número da nota de encomenda enviado pela SCML e o número do procedimento e ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência e validação.
- 10.3.** Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, os pagamentos serão efetuados por transferência bancária, mediante apresentação das respetivas faturas, no prazo de **30 (trinta) dias seguidos** a contar da data de entrada de cada fatura na SCML, desde que as mesmas tenham tido aprovação da SCML.
- 10.4.** Caso as faturas apresentadas não sejam aprovadas pela SCML, porque desconformes com a lei ou com os contratos, esta comunicará tal decisão ao Adjudicatário, não procedendo a SCML ao seu pagamento até apresentação de outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
- 10.5.** O incumprimento das obrigações referidas nos números anteriores constitui causa de resolução, nos termos da cláusula **18.** do Caderno de Encargos.

11. REVISÃO DE PREÇOS

Não é admitida a revisão de preços, nos termos do artigo 300.º do CCP.

12. CAUÇÃO

- 12.1.** É dispensada a prestação de caução pelos Adjudicatários, por Lote, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

12.2. Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP, a SCML reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até **10% (dez por cento)** do valor dos pagamentos a efetuar.

13. SEGURO

13.1. Sem prejuízo da aplicação das penalidades referidas no presente Caderno de Encargos e sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, nos termos do estipulado neste Caderno de Encargos, deverão os Adjudicatários possuir seguro relativo à sua atividade, cobrindo todos os danos patrimoniais e não patrimoniais causados à SCML ou a terceiros emergentes da execução do Contrato a celebrar na sequência deste procedimento, nomeadamente, deverá ser tomador da apólice de Seguro de Responsabilidade Civil.

13.2. Os encargos referentes ao seguro imposto por este Caderno de Encargos são da exclusiva responsabilidade dos Adjudicatários.

13.3. O seguro deverá ser contratado junto de uma Seguradora autorizada a exercer a atividade seguradora em Portugal.

13.4. A SCML, ou seu representante, poderão exigir a todo o momento aos Adjudicatários a apresentação de cópia dos recibos comprovativos do pagamento dos prémios da apólice de seguro.

13.5. Qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável será da responsabilidade dos Adjudicatários.

13.6. A apólice de seguro referida no número **1** da presente cláusula rege-se pela lei portuguesa e o foro competente para dirimir quaisquer questões relativas à mesma é o de Lisboa.

14. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO

14.1. Os contratos podem ser modificados:

14.1.1. Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a dos contratos;

14.1.2. Por decisão judicial ou arbitral, com os limites estabelecidos na alínea b) do número 1 do artigo 311º do CCP;

14.1.3. Por decisão da SCML, com fundamento em razões de interesse público.

14.2. Os contratos podem ser modificados com os seguintes fundamentos:

14.2.1. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios dos contratos;

14.2.2. Razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

- 14.3.** A modificação dos contratos encontra-se sujeita aos limites e consequências, previstos, respetivamente, nos artigos 313.º e 314.º do CCP.

15. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

- 15.1.** Os Adjudicatários não poderão por qualquer forma ou meio, realizar qualquer parte dos fornecimentos objeto dos contratos a celebrar por subcontratação, nem poderão ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes dos contratos, exceto se existir prévia autorização, por escrito, da SCML.
- 15.2.** No caso de subcontratação, os Adjudicatários permanecem integralmente responsáveis perante a SCML pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações resultantes dos contratos.
- 15.3.** Em caso de incumprimento pelos Adjudicatários, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução dos contratos, os Adjudicatários cedem a sua posição contratual aos Concorrentes do procedimento pré-contratual na sequência do qual foram celebrados os contratos, que venha a ser indicado pela SCML, pela ordem sequencial do procedimento, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 318.º-A do CCP.
- 15.4.** A execução dos contratos ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
- 15.5.** Os direitos e obrigações dos Adjudicatários, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato da cessão da posição contratual, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor, de acordo com o n.º 5 do artigo 318.º-A do CCP.
- 15.6.** A posição contratual dos Adjudicatários nos subcontratos por si celebrados transmitem-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta, conforme o n.º 8 do artigo 318.º-A do CCP.
- 15.7.** A cessão da posição contratual e a subcontratação regem-se pelo disposto nos artigos 317.º a 321.º do CCP.

16. PENALIDADES

- 16.1.** No caso de os Adjudicatários não fornecerem os bens no prazo e/ou nas restantes condições propostas e/ou estabelecidas, a SCML reserva-se o direito de, e sem prejuízo de qualquer outro procedimento legal:
- 16.1.1.** Resolver os contratos nos termos legais;
 - 16.1.2.** Adquirir os bens em falta no mercado, ficando a diferença de preços, e restantes encargos, a cargo dos Adjudicatários.
- 16.2.** A SCML poderá, até ao limite de **20% (vinte por cento)** do preço contratual, aplicar uma penalidade diária de até **5% (cinco por cento)** do preço contratual, por cada dia de atraso, quando:

16.2.1. Forem excedidos os respectivos prazos; ou,

16.2.2. O fornecimento de bens não estiver conforme o exigido no presente Caderno de Encargos, e os Adjudicatários não tenham corrigido no prazo fixado para o efeito pela SCML.

16.3. As importâncias resultantes das penalidades aplicadas, serão descontadas em faturas por liquidar ou com o acionamento da retenção prevista na **cláusula 12.2** do presente Caderno de Encargos.

16.4. Se qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a **20% (vinte por cento)** do preço contratual, a SCML reserva-se o direito de optar pela resolução dos contratos nos termos estabelecidos neste Caderno de Encargos e no disposto no artigo 329.º do CCP.

16.5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

17. RESPONSABILIDADE

17.1. Se os Adjudicatários ou os seus agentes, de sua iniciativa e sem autorização prévia da SCML, derem causa que permita a terceiros exigir uma indemnização à SCML, deverão os Adjudicatários indemnizar a SCML por todos os prejuízos sofridos.

17.2. Os Adjudicatários assumem integral responsabilidade pelos bens fornecidos, sendo os únicos responsáveis perante a SCML pelo correto, integral e pontual cumprimento das obrigações respetivas.

17.3. Os Adjudicatários respondem, nomeadamente, por quaisquer erros, desconformidades ou omissões na execução do contrato, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se os Adjudicatários provarem que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela SCML.

17.4. Sempre que os erros, desconformidades ou omissões na execução dos contratos resultem de dados fornecidos por escrito pela SCML, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378.º do CCP.

17.5. Em qualquer altura e logo que solicitado pela SCML, os Adjudicatários obrigam-se a corrigir os erros, as desconformidades ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar fornecê-los por conta dos Adjudicatários, sempre que as responsabilidades dos mesmos lhe seja imputável.

17.6. As ações de supervisão da SCML em nada alteram ou diminuem a responsabilidade dos Adjudicatários no que se refere à sua execução dos contratos.

18. RESOLUÇÃO

18.1. Sem prejuízo do referido nos números seguintes, bem como do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º, todos do CCP, a SCML poderá resolver os contratos em caso de incumprimento pelos Adjudicatários, após estes últimos

terem sido notificados desse não cumprimento e, se decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a situação.

18.2. A SCML poderá resolver de forma imediata os contratos em caso de incumprimento por parte dos Adjudicatários, designadamente, nos casos seguintes:

18.2.1. Se os Adjudicatários, sem prévia autorização escrita da SCML, transmitirem a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes do presente fornecimento de bens;

18.2.2. Se se verificar o previsto em **16.4.**;

18.2.3. Se ocorrer a prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa execução do fornecimento de bens;

18.2.4. Se se verificar a obstrução à atuação da SCML, a quem compete a verificação da execução do fornecimento de bens.

18.2.5. Quando o cumprimento se torne impossível;

18.2.6. Quando a SCML, em virtude do incumprimento, tenha perdido o interesse na prestação.

18.3. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela SCML, não preclui o direito da mesma de vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta dos Adjudicatários e da resolução.

18.4. Se a resolução for imputável aos Adjudicatários, um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre valor dos bens, afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.

18.5. Em caso de resolução do contrato e logo que esteja fixada a responsabilidade dos Adjudicatários será o montante respetivo deduzido, nas quantias em dívida, ou por acionamento das garantias, pagando-se-lhe o saldo se existir. Havendo lugar a um saldo a favor da SCML, o mesmo deverá ser pago pelos Adjudicatários, no prazo de 30 (trinta) dias seguidos após a sua notificação.

18.6. A SCML, independentemente da conduta dos Adjudicatários, reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, os contratos com os Adjudicatários, por carta registada com aviso de receção, enviada, sempre que possível, com a antecedência mínima de **60 (sessenta) dias** seguidos.

18.7. A SCML poderá ainda resolver os contratos, nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335.º do CCP.

19. ATOS DE TERCEIROS

Sempre que os Adjudicatários sofram impedimentos no fornecimento dos bens contratados, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverão no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** a contar da data da ocorrência, informar a SCML de modo a esta ficar habilitada a

tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto a responsabilidade.

20. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML

- 20.1.** No âmbito da Política de Compras Sustentáveis da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, os Adjudicatários ficam obrigados a cumprir e fazer cumprir as normas do CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA em vigor, no exercício das relações comerciais estabelecidas com a mesma, constante do **ANEXO B** ao presente Caderno de Encargos e disponível para consulta em <http://www.scml.pt/>.
- 20.2.** Os Adjudicatários deverão entregar, com as outorgas dos contratos, a DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, através da qual procede à respetiva aceitação expressa, conforme modelo constante também do **ANEXO C** ao presente Caderno de Encargos.
- 20.3.** Caso não haja lugar a redução a escrito dos contratos, ficam os Adjudicatários dispensados da entrega do **ANEXO C** referido no número antecedente.

21. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 21.1.** São da exclusiva responsabilidade dos Adjudicatários quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, no fornecimento dos bens objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos, incluindo as de obter junto dos respetivos proprietários as necessárias autorizações e as obrigações de pagamentos dos correspondentes encargos.
- 21.2.** Caso a SCML venha a ser demandada em consequência do incumprimento pelos Adjudicatários do disposto no ponto anterior, os Adjudicatários indemnizarão a SCML por todas as despesas que, em consequência, esta incorra seja a que título for, conforme disposto no artigo 447.º do CCP.

22. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 22.1.** Sempre que a execução dos contratos implicar a necessidade de tratamento de dados pessoais recolhidos pela SCML, os Adjudicatários obrigam-se a apresentar garantias de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos legais aplicáveis e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.
- 22.2.** Por “tratamento de dados pessoais” ou “tratamento”, entende-se: qualquer operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a

consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

22.3. Para efeitos do tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da SCML, os Adjudicatários obrigam-se a:

22.3.1. Proceder ao tratamento dos dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que for necessário relativamente à execução do objeto do presente procedimento e somente durante o período de vigência do mesmo;

22.3.2. Tratar os dados pessoais de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental;

22.3.3. Informar, de imediato, a SCML assim que tiver conhecimento da ocorrência de qualquer incidente de segurança no tratamento;

22.3.4. Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções expressas e documentadas da SCML, a menos que seja legalmente obrigado a fazê-lo, informando nesse caso a SCML desse requisito jurídico antes do tratamento;

22.3.5. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram previamente um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

22.3.6. Adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento em causa, incluindo, consoante o que for adequado: a pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais; a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento; a capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico; um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;

22.3.7. Não contratar outro subcontratante sem que a SCML tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito;

22.3.8. Prestar assistência à SCML, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;

22.3.9. Prestar assistência à SCML, de acordo com a natureza do tratamento e a informação ao dispor do Adjudicatário, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativas, à aplicação de medidas de segurança adequadas ao tratamento dos dados pessoais, à notificação atempada e fundamentada de qualquer violação de

dados pessoais, e à avaliação prévia de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais;

- 22.3.10.** Apagar ou devolver todos os dados pessoais à SCML, consoante opção expressa da Entidade Adjudicante, depois de concluído o fornecimento de bens relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja legalmente exigida;
- 22.3.11.** Disponibilizar à SCML todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, bem como facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela SCML ou por outro auditor por esta mandatado.
- 22.4.** Os Adjudicatários obrigam-se, ainda, a cooperar plenamente com a SCML e a satisfazer as respetivas solicitações, relativamente ao tratamento de dados pessoais, e, em especial, quando:
- 22.4.1.** Um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelos Adjudicatários no âmbito do presente procedimento;
- 22.4.2.** A SCML tenha de realizar diligências destinadas ao cumprimento de qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação, relativa ao tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento.
- 22.5.** A qualquer subcontratante que venha a ser contratado pelos Adjudicatários, após autorização escrita dada pela SCML para o efeito, impõem-se as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente procedimento para os Adjudicatários, mantendo-se estes, em todo o caso, plenamente responsáveis perante a SCML pelo cumprimento das obrigações assumidas pelos subcontratantes.

23. PUBLICIDADE

Os Adjudicatários não poderão fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade ou divulgação, diretamente relacionada com o objeto do presente procedimento, sem a prévia autorização, por escrito, da SCML.

24. CONFIDENCIALIDADE

- 24.1.** Os Adjudicatários obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a informação transmitida, por forma direta ou indireta, por escrito ou verbalmente, no âmbito ou por força do fornecimento dos bens, seja a classificada com indicação de confidencial ou a que pela sua natureza assim seja considerada, obrigando-se a não divulgar nem a transmitir qualquer informação sem prévia autorização escrita da SCML, qualquer que seja o modo ou via pela qual a ela acedeu, ainda que de forma accidental e involuntária.

- 24.2.** Os Adjudicatários obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, oficial ou não, independentemente do suporte em que se encontre, incluindo sem limitar dados estatísticos e listas de fornecedores; clientes; protocolos e valores de contratos; protótipos; amostras; instalações; materiais e equipamentos, incluindo hardware e software, relativa à SCML e ou a qualquer um dos seus departamentos, serviços, equipamentos e estabelecimentos, deslocalizados da sede ou não, de que possa ter ou vir a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução dos contratos.
- 24.3.** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento direto ou indireto, incluindo sem limitar todo e qualquer uso comercial ou real ou potencial, presente ou futuro, que não o destinado direta e exclusivamente à execução dos Contratos, sem prévia autorização expressa da SCML.
- 24.4.** Os Adjudicatários obrigam-se a não divulgar as informações e documentos obtidos junto da SCML e obrigam-se a não os utilizar a título profissional e/ou em benefício próprio, fora do objeto do presente procedimento, bem como se obriga a não fazer qualquer reprodução de quaisquer documentos, ou informações prestadas, sem prévia autorização expressa da SCML nesse sentido.
- 24.5.** Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelos Adjudicatários, ou que estes sejam legalmente obrigados a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes, sendo que, neste caso, a obrigação de sigilo só é afastada 5 (cinco) dias úteis após ter sido remetido à SCML o documento que exige o levantamento do dever de sigilo e a respetiva fundamentação legal.
- 24.6.** Para além da informação identificada no número anterior, qualquer outra relativa à SCML e ou qualquer um dos seus departamentos, serviços, equipamentos e estabelecimentos, deslocalizados da sede ou não, carece, para poder ser divulgada, de autorização prévia escrita da SCML, mesmo depois de terminado os contratos.
- 24.7.** Terminado os contratos, os Adjudicatários ficam obrigado a devolver ou a destruir e fazer prova da destruição da informação que produziu e daquela que lhe foi entregue, quando solicitado.
- 24.8.** Os Adjudicatários são responsáveis pela guarda e proteção adequadas da informação e serão responsabilizados pela sua divulgação não autorizada.
- 24.9.** O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 (dez) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

25. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

- 25.1.** Em caso fortuito ou de força maior, o contraente atingido notificará, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de **10 (dez)** dias seguidos, através de carta registada com aviso de receção, para que em colaboração as partes procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos. Se a parte afetada assim não proceder não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.
- 25.2.** Em caso fortuito ou de força maior que impeça a execução dos contratos objeto do presente procedimento por parte dos Adjudicatários, a SCML poderá recorrer a terceiros para tal, pelo tempo correspondente ao impedimento.

26. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 26.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, devendo para os devidos efeitos ser considerada a morada da SCML indicada na **Cláusula 2.ª** do presente Caderno de Encargos.
- 26.2.** Qualquer alteração das informações de contato constantes no Caderno de Encargos deve ser comunicada, por escrito, à outra parte.

27. GESTOR DOS CONTRATOS

- 27.1.** A SCML designará um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução.
- 27.2.** Os Adjudicatários deverão comunicar à SCML, até à data da apresentação dos documentos de habilitação, o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases de execução dos contratos.

28. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 28.1.** Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos ao presente fornecimento de bens será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.
- 28.2.** Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS/ESPECIAIS

29. IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS LOTES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

A identificação e composição de cada lote, as quantidades estimadas por Lote e as características técnicas dos bens objeto do presente procedimento, encontram-se discriminadas no **Anexo A** do presente Caderno de Encargos.

30. LOCAIS DE ENTREGA

Os bens objeto do presente procedimento deverão ser entregues nas instalações da SCML, identificadas na Nota de Encomenda e que se localizam na Área Metropolitana da Grande Lisboa.

31. CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO

31.1. Apenas se aceita o fornecimento dos bens, se os mesmos, por **Lote**, estiverem de acordo com toda a legislação em vigor relativa ao tipo de bem a fornecer no âmbito dos contratos a celebrar, e ainda que estejam conforme com as características técnicas indicadas no **Anexo A** do presente Caderno de Encargos.

31.2. A quantidade total dos bens, a fornecer para cada **1 (um) dos Lotes**, indicada no **Anexo A** no presente Caderno de Encargos é uma **estimativa meramente indicativa**, e nesse sentido a SCML reserva-se o direito de não adquirir a sua totalidade, o que a ocorrer em caso algum conferirá ao Adjudicatário o direito a ser indemnizado, seja a que título for.

31.3. No decurso da execução contratual, os bens serão parcial e periodicamente requisitados através de notas de encomenda a emitir pela SCML, à medida das necessidades da SCML.

31.4. A entrega dos bens será efetuada no prazo constante da proposta adjudicada, o qual não pode ser superior a **5 (cinco) dias úteis**, após a data aposta na Nota de Encomenda.

31.5. A entrega dos bens deverá ocorrer em qualquer dia útil no horário compreendido entre as **9h00 e as 16h00**.

31.6. Os bens deverão ter um prazo de validade mínima de **18 (dezoito) meses**, após a entrega.

31.7. A Guia de entrega deverá conter os seguintes elementos:

31.7.1. Designação dos bens;

31.7.2. Referência da Nota de Encomenda e do procedimento;

31.7.3. Quantidade (em unidades e por extenso);

31.7.4. Preço unitário e preço total;

31.7.5. Assinatura do responsável da SCML que recebeu o material, datada e com carimbo do serviço.

- 31.8.** Os Adjudicatários deverão elaborar e, enviar mensalmente para a Unidade de Gestão de Contratos da Direção de Saúde, através do endereço de correio eletrónico ngc.saude@scml.pt um mapa resumo do material fornecido.
- 31.9.** Os Adjudicatários obrigam-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens, todos os documentos em língua portuguesa que sejam necessários à correta utilização daqueles.
- 31.10.** Os Adjudicatários não poderão fornecer bens que não constem do presente Caderno de Encargos, e que não tenham sido requisitados pela SCML.

32. CARACTERÍSTICAS DE APRESENTAÇÃO E EMBALAGEM

A apresentação e embalagem das fraldas deve obedecer às seguintes características:

- a)** A embalagem interior deve ser em bolsa de plástico fechada, com indicação do número de unidades, nome do produto, nome do produtor/fornecedor, marca, n.º de lote e dimensões;
- b)** A embalagem múltipla/exterior deve ser em cartão forte que garanta suficiente proteção, e conter de forma bem legível as informações referentes ao número de embalagens interiores, nome do produto, nome do produtor/fornecedor, marca, n.º de lote e dimensões.

33. OBRIGAÇÕES GERAIS DOS ADJUDICATÁRIOS

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, decorrem ainda para os Adjudicatários as seguintes obrigações especiais:

- a)** Realizar o fornecimento dos bens, nos termos e em conformidade com as exigências técnicas constantes do presente Caderno de Encargos;
- b)** Afetar ao presente fornecimento todos os meios e recursos, materiais e humanos necessários ao bom cumprimento do mesmo;
- c)** Permitir que a SCML acompanhe a execução do fornecimento, nomeadamente, que fiscalize ou audite, em qualquer momento, solicitando documentos ou autorizações necessárias ao fornecimento dos bens, na quantidade, âmbito e forma que entender, os bens objeto do presente procedimento;
- d)** Prestar atempadamente todas as informações relativas ao fornecimento que lhe sejam solicitadas pela SCML, nomeadamente, pontos de situação;
- e)** Comunicar, imediatamente à SCML qualquer facto que ocorra que impeça ou altere os prazos de entrega dos bens;
- f)** Manter inalteradas, durante a execução do contrato, as condições comerciais constantes da sua proposta;
- g)** Garantir que o transporte e armazenagem cumprem todos os requisitos estabelecidos pela legislação europeia e nacional aplicável aos bens objeto do presente

procedimento, designadamente, assegurar que os bens não estão ou serão contaminados por outros produtos ou materiais, não estão nem serão sujeitos a condições inapropriadas de calor, frio, luz, humidade ou outros fatores adversos, nem à ação de microrganismos ou agentes;

- h)** Garantir a notificação por escrito à SCML relativamente a qualquer desvio ao processo normal de fabrico dos bens a fornecer e objeto do presente procedimento.

34. INSPEÇÕES E VERIFICAÇÕES

- 34.1.** Efetuada a entrega dos bens objeto dos contratos, a SCML, por si, ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas úteis**, com vista a verificar se os mesmos reúnem todas as características técnicas definidas no **Anexo A** do presente Caderno de Encargos, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 34.2.** Durante a fase de verificações, os Adjudicatários devem prestar toda a cooperação e esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar por pessoas devidamente credenciadas para o efeito, durante a realização da inspeção e verificação.

35. CONFORMIDADE DOS BENS

- 35.1.** Os bens objeto dos contratos a celebrar, devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, e, em conformidade com as características técnicas constantes do **ANEXO A** do presente Caderno de Encargos.
- 35.2.** Os Adjudicatários são responsáveis perante a SCML por qualquer desconformidade, defeito ou discrepância dos bens a fornecer, que existam no momento da respetiva entrega.
- 35.3.** No âmbito das inspeções e verificações previstas na cláusula anterior, caso se verifique que os bens entregues não estão conformes com as exigências legais ou com o contrato, ou ainda, no caso de existirem defeitos ou discrepâncias relativamente às características técnicas definidas no **ANEXO A** do presente Caderno de Encargos, a SCML informa por escrito, os Adjudicatários dessas desconformidades ou defeitos.
- 35.4.** No caso previsto no número anterior, deverão os Adjudicatários proceder, a suas expensas, à substituição dos mesmos no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**.
- 35.5.** No caso dos bens a fornecer serem retirados do mercado os Adjudicatários deverão solicitar à SCML a sua substituição por outro bem, de características idênticas. Para tal, deverá fundamentar e demonstrar essa equivalência por escrito, mantendo-se obrigatoriamente todas as condições contratuais, designadamente, os preços unitários contratados, sem prejuízo de serem rejeitados, no caso de não merecerem a aprovação da SCML.
- 35.6.** No caso de a SCML não autorizar a substituição dos bens, ou no caso dos Adjudicatários, não dispor de outros para substituição, tal determinará a resolução ou a modificação do

contrato a celebrar, conforme o não fornecimento do bem ou bens afete ou não a utilidade dos contratos para a SCML.

ANEXO A**IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS LOTES, QUANTIDADES ESTIMADAS**

| Lote | Artigo | Características Técnicas | Estimativas 24 meses |
|-------------|---|---|---------------------------------|
| 1 | Fraldas descartáveis para crianças de 2 a 5 kg | Indicadores de humidade, que de forma visual e clara dão testemunho da intensidade de saturação de líquidos/urina da fralda; Forma com elásticos anatómicos (forma curva) ao longo de toda a fralda; Boa capacidade de absorção mantendo sempre a pele seca e com a máxima proteção e conforto; Resistentes à tração. | 11000 |
| 2 | Fraldas descartáveis para crianças 11/13 a 16/20 kg | | 80000 |
| 3 | Fraldas descartáveis para crianças 3/4 a 6/8 kg | | 17000 |
| 4 | Fraldas descartáveis para crianças 5/6 a 8/11 kg | | 60000 |
| 5 | Fraldas descartáveis para crianças 9/10 a 14/15 kg | | 100000 |

ANEXO B

CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES

DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO C

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA
CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

DENOMINAÇÃO DA EMPRESA: _____

NÚMERO DE PESSOA COLETIVA: _____

MORADA (SEDE): _____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

NÚMERO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL: _____

MORADA: _____

CARGO: _____

Tendo recebido e tomado conhecimento do Código de Conduta dos Fornecedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, declara que se compromete a cumprir as suas normas, além das obrigações assumidas no contrato de Aquisição de Fraldas Descartáveis para Crianças celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em (indicar a data).

Data e Local

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do declarante e carimbo
